



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA-UEPB**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS-CSSA**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**POLIANA CRISTINA DANTAS**

**ANÁLISE DAS INTERVENÇÕES SÓCIO PEDAGÓGICAS REALIZADAS NOS  
CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPINA  
GRANDE/PB**

**CAMPINA GRANDE/PB**

**2017**

**POLIANA CRISTINA DANTAS**

**ANÁLISE DAS INTERVENÇÕES SÓCIO PEDAGÓGICAS REALIZADAS NOS  
CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPINA  
GRANDE/PB**

Artigo apresentado ao Curso de Serviço Social da  
Universidade Estadual da Paraíba-UEPB em  
cumprimento das exigências para obtenção do título  
de Bacharel em Serviço Social.

Orientanda: POLIANA CRISTINA DANTAS

Orientadora: SHEYLA SUELY DE SOUZA SILVA

**CAMPINA GRANDE/PB**

**2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

D192a Dantas, Poliana Cristina.

Análise das intervenções sócio pedagógicas realizadas nos centros de referência da assistência social de Campina Grande/PB [manuscrito] : / Poliana Cristina Dantas. - 2017.

35 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2017.

"Orientação : Profa. Dra. Sheyla Suely de Souza Silva, Departamento de Serviço Social - CCSA."

1. Estágio supervisionado. 2. Políticas de assistência social. 3. Proteção social. 4. Serviço Social.

21. ed. CDD 361.3

POLIANA CRISTINA DANTAS

**ANÁLISE DAS INTERVENÇÕES SÓCIO PEDAGÓGICAS REALIZADAS NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPINA GRANDE/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, orientado pela Prof.<sup>a</sup> Sheyla Suely de Souza Silva.

Aprovada em: 14/12/2017

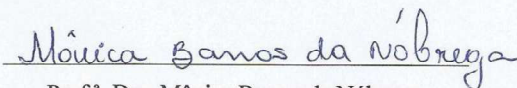
Nota: 9,5 (nove e cinco)

BANCA EXAMINADORA



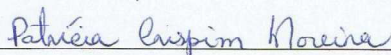
Prof.<sup>a</sup> Dra. Sheyla Suely de Souza Silva

**Orientadora**



Prof.<sup>a</sup> Dra. Mônica Barros da Nóbrega

**1ª Examinadora**



Prof. Ma. Patrícia Crispim Moreira

**2ª Examinadora**

CAMPINA GRANDE-PB

2017

*Dedico primeiramente ao meu pai Pedro Nolasco Dantas pela dedicação para que fosse possível a realização do meu sonho, dedico também a minha mãe Gorete Dantas, a minha irmã Maria Dantas por sempre me incentivarem a ir em busca dos meus objetivos, a meu namorado Ezequiel Cavalcanti pelo incentivo para que eu ingressasse na Universidade. Enfim, a toda minha família e amigos que contribuíram para que esse momento acontecesse. Meu muitíssimo obrigada!*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por ser o sustento da minha fé, e por me atender nos momentos que mais precisei nessa caminhada. Obrigada Senhor, por tudo!

Agradeço a toda minha família, em especial ao meu pai Pedro, que não mediu esforços para que eu realize meu sonho, a minha mãe Gorete, minha irmã Maria Dantas, aos meus avós Joao Henrique (In Memória) e Idalina Dantas pela contribuição e torcida por mim. Meu muito obrigada!

Ao Meu Namorado Ezequiel pelo incentivo e contribuição para que fosse possível realizar minhas intervenções nos CRAS de Campina Grande.

Em nome das professoras Minelvina e D.Eulina agradeço a todos os professores que contribuíram no meu aprendizado, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio.

A minha orientadora Sheyla Suely, pelo compromisso e sinceridade comigo, que contribuíram para que esse momento acontecesse. MUITÍSSIMO Obrigada!

A minha orientadora de campo de estágio Magna Adriana, a Assistente Social Maria Tejo e minha colega de estágio Aline Brito pelo aprendizado vivenciado no estágio.

Em nome das professoras Patrícia Crispim, Mônica Barros, Liélia Barbosa e dos professores Eduardo Jorge e Ranieri Torres, agradeço a todos os professores que contribuíram na minha formação acadêmica.

A minha turma de Serviço Social pelos momentos especiais que passamos juntas. Vocês serão sempre lembradas por mim. Muito obrigada por tudo!

As minhas amigas Eliz, Èrika e Tamiris deixo meu agradecimento pelo companheirismo no dia a dia e principalmente nas realizações dos trabalhos, enfrentamos as dificuldades diárias sempre juntas. Obrigada meu grupo: “As Inseparáveis”.

Aos meus amigos que realizavam o trajeto de Tenório até Campina Grande, em especial a Moniele, Allana, Aparecida, Cláudia, Vítor e Rafael. Obrigada pelo companheirismo e ajuda quando precisei de vocês

## RESUMO

O presente artigo foi desenvolvido através da nossa experiência adquirida no Estágio Supervisionado em Serviço Social, realizado na Secretaria Municipal de Assistência Social de Campina Grande (SEMAS), em especial, no Departamento de Proteção Social Básica, local onde são gerenciados os benefícios eventuais. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) contribuiu para o reordenamento da assistência social, sendo voltada para as pessoas que se encontram em vulnerabilidade social, os benefícios eventuais, regulamentados pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/1993), são destinados para essas pessoas. Na Semas, são ofertados os benefícios eventuais do auxílio alimentício, natalidade, funeral e aluguel social. Foi através dos usuários que vinham até a Semas solicitar a inclusão nesses benefícios que sentimos a necessidade de realizar as intervenções nos CRAS Catingueira, Jeremias, Malvinas e Liberdade, devido aos mesmos apresentarem uma maior demanda em relação aos benefícios eventuais. A intervenção realizada nesses CRAS tinha por objetivo apresentar para esses usuários os temas relacionadas a cidadania, direitos e deveres e, também, levar para eles informações sobre os benefícios eventuais assegurados, para que eles tomassem conhecimento dos seus direitos. Nos encontros realizados para nossa intervenção, o aluguel social foi o tema que ganhou mais destaque pois ele é o que apresenta mais problemas relacionados à precarização das casas ofertadas. Nos encontros foi possível confrontar as demandas que afligiam os usuários com o discurso desenvolvido pela instituição. A intervenção possibilitou levar um pouco de conhecimento para os usuários presentes, o que significou uma troca de aprendizado, que também contribuiu para nossa formação enquanto futuras profissionais do Serviço Social.

**Palavras-chaves:** Estágio Supervisionado em Serviço Social. Política de Assistência Social. Proteção Social Básica. Benefícios Eventuais. Aluguel Social.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>2</b>	<b>A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO BRASILEIRO.....</b>	<b>09</b>
2.1	A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM VIGÊNCIA.....	11
2.2	OS BENEFÍCIOS EVENTUAIS A PARTIR DA LOAS(1993).....	14
<b>3</b>	<b>ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO DOS DEPARTAMENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPINA GRANDE.....</b>	<b>16</b>
3.1	OS BENEFÍCIOS EVENTUIAS EM CAMPINA GRANDE.....	19
3.2	OBSERVAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA GERÊNCIA DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.....	22
3.3	TRABALHO SÓCIO PEDÁGOGICO COM OS USUARIOS DOS CRAS DE CAMPINA GRANDE.....	24
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES GERAIS.....</b>	<b>30</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>33</b>



## 1. INTRODUÇÃO

De acordo com Pinho *et al* (2013), a dimensão pedagógica do serviço social está alinhada ao projeto hegemônico da profissão, sendo vinculada a um processo de reflexão crítica que contribua para a emancipação dos sujeitos que estão relacionados à ação profissional.

A nossa inserção em campo de estágio possibilitou a realização de um trabalho sócio pedagógico com os usuários dos Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), esse trabalho foi possível a partir da nossa aproximação com a proteção social básica, que, segundo a PNAS/2004, tem por objetivo a prevenção de riscos e o fortalecimento de vínculos entre cada usuário, a família e a comunidade, ficando responsável, inclusive, pela gestão dos Benefícios Eventuais. No caso específico de Campina Grande, os Benefícios Eventuais ofertados são: o auxílio-alimentício, o auxílio-funerário, auxílio natalidade e o auxílio aluguel social. Os CRAS da Catingueira, do Jeremias, Liberdade e Malvinas são os que apresentam o maior número de demandas em relação a esses benefícios e, por isto, aqueles em que atuamos.

Através de nossas observações no Campo de Estágio, pudemos perceber que entre esses benefícios o aluguel social é o que apresenta mais problemas, já que há uma reclamação muito grande por parte dos usuários, seja por causa dos locais ofertados, ou em razão das condições físicas e estruturais das casas alugadas pelo Programa. Foi a partir dessas observações e da experiência da intervenção sócio pedagógica que construímos nosso artigo.

Nosso artigo está estruturado a partir de dois primeiros itens que trazem uma breve discussão sobre a assistência social no contexto brasileiro, fazendo uma retrospectiva de seu início ligado à filantropia, passando pelo governo de Vargas, do regime ditatorial até as mudanças que ocorreram com a aprovação da Constituição Federal de 1988, seguindo pelos impactos causados pelo neoliberalismo nos Governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso e o modelo neodesenvolvimentista no governo de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff e, também, os cortes realizados nas áreas dos direitos sociais no atual Governo ilegítimo de Michel Temer. Em seguida, fazemos algumas considerações sobre a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e os Benefícios Eventuais (BEs) no Brasil.

No terceiro item, discorremos sobre o funcionamento dos departamentos que compõem a Secretária Municipal de Assistência Social (SEMAS) de Campina Grande, local

em que foi realizado nosso Estágio Supervisionando em Serviço Social, e também, uma breve apresentação do projeto de lei que regulamenta os Benefícios Eventuais em Campina Grande, seguido pelas observações realizadas no Departamento de Proteção Social Básica e, em seguida, a exposição e avaliação crítica da nossa proposta de intervenção, que foi desenvolvida através da realização de atividades sócio pedagógicas junto aos usuários dos CRAS de Campina Grande.

Por fim, fazemos algumas considerações gerais sobre as observações desenvolvidas no nosso campo de estágio e, também, nas realizações das atividades desenvolvidas nos CRAS de Campina Grande, ressaltando os principais aspectos que nos chamaram a atenção nos encontros realizados.

## **2. A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO BRASILEIRO**

No Brasil, a assistência social passou por um longo período para se tornar um direito assegurado e, mesmo sendo considerada um direito, a mesma ainda enfrenta práticas assistencialistas; como afirma Silva (2012), a assistência social é marcada pelo clientelismo, favoritismo e reatualização da filantropia, ao invés do direito.

Conforme Rocha (2015), no ano de 1925, já foram asseguradas algumas conquistas previdenciárias, como a criação da Lei Eloy Chaves, a qual contribuiu para criação das primeiras Caixas de Aposentadorias e Pensões, denominadas como CAPS. Ainda assim, o que se pode perceber é que a assistência social no Brasil serviu como um instrumento de repressão à classe trabalhadora; como bem coloca Silva :

Durante a República Velha que compreende o período de 1889 a 1930, o estado desempenhou papel fundamental como agente de repressão àqueles que não se conformavam às regras vigentes. As repostas às lutas dos trabalhadores visando à conquista de direitos sociais, políticos e civis foram o exercício de uma violência sistemática contra as classes populares. Nesse período o atendimento das necessidades dos trabalhadores se dava de maneira frágil, incipiente e insatisfatória, ficando sob a responsabilidade dos religiosos a realização das ações assistenciais. (Silva, 2012 p.19).

De acordo com Rocha (2015), no Governo de Vargas passa a haver uma intervenção maior por parte do Estado nos campos econômicos e sociais, surgindo assim um novo modelo de proteção social, com a criação do Instituto de Aposentadorias e Pensões (IAPS), com financiamento tripartite; ou seja, financiado pela empresa, empregado e Estado.

Segundo Dallago (2007), nos períodos entre 1930 a 1960, foram criadas políticas sociais voltadas para proteção da classe trabalhadora, com o objetivo de atender as exigências

do mercado. Já no período da ditadura, segundo a autora, essas políticas assumem um caráter fragmentário, emergencial, assistencialista e clientelista.

De acordo com Carvalho (2008), a assistência social, até a aprovação da Constituição Federal de 1988, era marcada por uma prática assistencialista e seletiva, sendo destinada para os que estavam inaptos ao trabalho, ou então, para que os trabalhadores fossem reintegrados no mercado formal, e foi apenas nessa década de 1980 que a assistência social foi pensada como uma política pública, que passou a integrar a seguridade social. Com a aprovação da Constituição Federal de 1988, a assistência social passa a ser considerada como um direito social, como podemos destacar no seu artigo 6º: “ São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados [...]” ( Constituição federal ed., 2015 p.11).

De acordo com Fachine *et al* (2014), a Constituição Federal significou um ganho, mas teve como entrave o surgimento da ofensiva neoliberal a partir do Governo Collor de Melo, que minimizou os gastos, afetando a proteção social e, em contrapartida, maximizou os gastos para livre expansão do mercado, o que significou, segundo a autora, um corte de gastos diretamente para as áreas da saúde, educação e assistência social asseguradas como direitos sociais na Constituição Federal, passando a haver um aumento na privatização, tornando esses direitos sociais mercadorias.

Segundo Fachine *et al* (2014), o Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) seguiu a mesma lógica Neoliberal, propondo uma reforma de Estado que, na verdade, era uma contrarreforma, já que o neoliberalismo contribuiu para o desmonte dos direitos que foram conquistados pela classe trabalhadora, a autora ainda coloca que a Política Social do Governo FHC, até chegar ao Governo Lula, é marcada por programas destinados para extrema pobreza de forma segmentada e seletiva, e com a permanência do ideário neoliberal os direitos sociais sofrem os impactos, já que as ações públicas são transferidas para o terceiro setor, tirando a responsabilidade do Estado e passando a mesma para a sociedade civil.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), de acordo com Lima *et al* (2015), foram criadas expectativas de mudanças, já que o mesmo era ligado a um partido de esquerda que tinha na sua história a luta pela efetivação dos direitos da classe trabalhadora, porém, não houve essa mudança de fato, o que se pode perceber foram algumas inovações, com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e da Norma Operacional

Básica (NOB-SUAS/2005), que tiveram sua contribuição no gerenciamento das políticas sociais em território brasileiro.

Conforme Silva *et al* (2015), o governo Lula usou os programas de transferências de rendas como estratégia para atenuar a pobreza extrema, dando poder de consumo para famílias beneficiadas, garantindo-lhes estabilidade social, econômica e política, e os mesmos contribuíram para sua reeleição, para eleição e reeleição da Presidenta Dilma, já que as famílias beneficiadas ficam dependentes desses programas.

O modelo neodesenvolvimentista, de acordo com Silva (2014), surgiu no governo Lula como uma resposta ao neoliberalismo ortodoxo de FHC. Esse modelo iniciado por Lula e seguido por Dilma Rousseff visa ao crescimento econômico e social, ou seja, tem por objetivo atender os diferentes interesses de classes, a autora coloca que esse modelo cria mecanismos para o crescimento econômico do capital e como resposta às expressões da questão social, investem em programas de alívio à pobreza.

Segundo Silva (2016), com a admissão do processo de *impeachment* que afastou a então presidenta Dilma Rousseff, o vice presidente Michel Temer assumiu interinamente o país, através de um processo denunciado ilegítimo por inúmeros analistas políticos, nacionais e internacionais. Entre as primeiras medidas do atual (des)Governo, estava a execução daquilo que havia anunciado, um semestre antes, no documento intitulado de Uma Ponte para o Futuro, o qual apontava a necessidade de cortar gastos das políticas sociais, para o controle econômico do país, porém o que é notório é que esse documento afeta diretamente a proteção social e também aumentam os setores privados, já que entre as medidas está a desregulamentação das leis trabalhistas que afetam diretamente os trabalhadores, retomando assim o neoliberalismo ortodoxo, que amplia a privatização e desresponsabiliza o Estado, tendo implicação nos programas sociais e na Política Nacional de Assistência Social, assunto que será tratado no próximo tópico.

## **2.1. A Política Nacional de Assistência Social em vigência**

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS/ 2004) foi aprovada no ano de 2004, contribuindo para a reorganização da assistência social, a qual passa a se configurar como uma política voltada para as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco

social. A PNAS/2004 reafirma, também, a assistência social como um dever do Estado e um direito assegurado para aqueles que dela necessitar.

Em consonância com o disposto na LOAS, capítulo II, seção I, artigo 4º, a PNAS/2004 ratifica os princípios democráticos que regem a Política Nacional de Assistência Social:

- I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-lhe equivalência às populações urbanas e rurais;
- V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. (PNAS/2004/NOB\_SUAS, 2005 p.32).

Esses princípios podem ser considerados um grande avanço para a assistência social no Brasil, mas podemos perceber que os mesmos enfrentaram diversos problemas, já que foram subjugados pelo ideário neoliberal. Como afirma Porto:

[...] A intenção constitucional de promover a inclusão social dos segmentos sociais submetidos à condição de pauperização, apresentada originalmente na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) por intermédio de uma diversidade de programas, projetos, benefícios e serviços de dimensão assistencial que tinham como horizonte a redução das desigualdades sociais, acabou sendo inteiramente subjugada pelo ideário neoliberal em vigor. [...] respaldando tal ideário, destaca-se a presença indelével do projeto neoliberal, o qual vem progressivamente se consolidando por meio da destruição dos pactos sociais, ancorados em propostas efetivamente coletivas e emancipatórias, contribuindo, dessa forma, para o acirramento das desigualdades e da pobreza. (Porto, 2005 p.3)

Ainda de acordo com a PNAS/2004, as diretrizes que organizam a Política de Assistência Social, baseadas na Constituição Federal de 1988 e na Loas são:

- I – Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como às entidades beneficentes e de assistência social, garantido o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características sócio territoriais locais;
- II – Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III – Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;
- IV – Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos (PNAS/2004/NOB-SUAS, 2005 p.32).

As diretrizes que organizam a Assistência Social ressaltam a importância da descentralização dos serviços, da participação popular e a centralidade da família, porém, em

muitos locais os benefícios são ofertados de forma imediata e esporádica, ou seja, atendem a família apenas num dado momento, carecendo de solução de continuidade. Diante disso Soares afirma que:

A PNAS incorpora as demandas da sociedade na área da assistência social e há uma real inovação em trabalhar com a noção de território, centralidade da família e de sua proteção. No entanto, há aspectos negativos, pois muitas vezes os apontamentos mais comuns são de que a família pobre precisa reestruturada do ponto de vista moral e afetivo, sem considerar o quadro econômico mais amplo. Não se pode negar, diante do processo histórico vivenciado por nossa sociedade, de que a política e economia influem contundentemente no desenvolvimento social. (Soares, 2013 p.7).

Segundo seu próprio texto, a Política Nacional de Assistência Social tem como objetivo atender as famílias e indivíduos que estão em situação de risco social e necessitam ser inseridos nos programas e benefícios ofertados pela proteção social básica ou especial. Ainda de acordo com a PNAS/2004, a proteção social básica desenvolve programas, projetos e ações locais de acolhimento, de vivência e fortalecimento de vínculos comunitários e familiares, visando à prevenção das situações de riscos.

De acordo com a PNAS/ 2004, os serviços da proteção social básica são executados nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). O CRAS abrange até 1.000 famílias, ficando a seu cargo os programas que fortaleçam os vínculos das famílias, da comunidade e também da integração dos usuários no mercado de trabalho. Entre os programas ofertados pelo CRAS estão o Programa de atenção Integral à Família (PAIF), Centro de Convivência do Idoso, programas de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento à pobreza, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), programas de incentivo juvenil e fortalecimento de vínculos entre família e comunidade etc.

Também os Benefícios Eventuais (BEs) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) são gerenciados pela proteção social básica. O BPC é um benefício destinado para as pessoas que apresentam deficiência e para os idosos, a partir dos 65 anos de idade, que comprovem não possuir nenhuma outra renda, sendo garantido para essas pessoas o valor de um salário mínimo vigente, esse Benefício foi estabelecido pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Loas/93.

Os Benefícios Eventuais, segundo a PNAS/2004, foram tratados no artigo 22 da LOAS, como provisões gratuitas implementadas em espécie ou em pecúnia, tendo por objetivo atender necessidades temporárias. Esses benefícios, na sua maioria, são ofertados pelo município, com recursos próprios, ou através das esferas estaduais e do Distrito Federal.

Os Serviços passam a ser ofertados pelo Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) quando os direitos dos usuários já foram violados; segundo a PNAS/2004, entendem-se por direitos violados os maus tratos físicos, os psíquicos, o trabalho infantil, o uso de entorpecentes químicos, o cumprimento de medidas socioeducativas, entre outras violações. O CREAS é dividido pela média complexidade e alta complexidade. Nesse caso, o CREAS de Média Complexidade oferece atendimento às pessoas que tiveram seus direitos violados, mas ainda não tiveram seus vínculos familiares quebrados, já o CREAS de alta complexidade, além dos direitos violados, o usuário rompeu seus vínculos familiares.

Conforme Buzzi (2015), um dos grandes avanços da Política de Assistência Social foi romper com a lógica das práticas assistenciais para o enfrentamento das “expressões da questão social”, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido, para a assistência social ser assegurada a todos, é necessária uma intensificação nas políticas públicas direcionadas para as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social. O que se percebe é que, na maioria dos programas ofertados, os usuários se tornam dependentes da assistência social, como é o caso da concessão dos benefícios eventuais, sobre os quais discorreremos a seguir.

## **2.2. Os Benefícios eventuais a partir da Loas (1993)**

A aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), no ano de 1993, significou o marco regulamentário dos benefícios eventuais no Brasil. Segundo Bovolenta (2011), com a aprovação da referida lei, os auxílios funeral e a renda mensal vitalícia passaram a compor os benefícios socioassistenciais, sendo esses últimos então distribuídos entre benefícios eventuais e benefícios de prestação continuados.

Como já referimos, os Benefícios Eventuais são tratados no artigo 22 da Loas e destinam-se a pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social temporária, como se pode inferir de seu texto:

Art. 22. Entendem-se por benefícios eventuais aqueles que visam ao pagamento de auxílio por natalidade ou morte às famílias cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

§ 1º A concessão e o valor dos benefícios de que trata este artigo serão regulamentados pelos Conselhos de Assistência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante critérios e prazos definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

§ 2º Poderão ser estabelecidos outros benefícios eventuais para atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa portadora de deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública.

§ 3º O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), ouvidas as respectivas representações de Estados e Municípios dele participantes, poderá propor, na medida das disponibilidades orçamentárias das três esferas de governo, a instituição de benefícios subsidiários no valor de até 25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo para cada criança de até 6 (seis) anos de idade, nos termos da renda mensal familiar estabelecida no caput. (Loas anotada, 2009 p.23).

Os Benefícios Eventuais são, portanto, destinados, temporariamente, para as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, em decorrência de morte, nascimento ou calamidade pública. O que se pode perceber é que, embora a Loas tenha contribuído para ampliação dos Benefícios Eventuais, ainda há uma focalização nos mesmos. De acordo com o Caderno de Estudos Desenvolvimento social em Debate (2010), a concessão dos Benefícios Eventuais em âmbito municipal é administrado de acordo com o entendimento municipal, onde os gestores locais se prevalecem do senso comum para atender conforme suas possibilidades financeiras e gerenciam as contingências sociais permanentes, sendo realizada práticas assistencialistas que desafiam os avanços no campo da assistência social, se firmando assim, como um “não-direito”.

A Loas/1993, além de regulamentar os Benefícios Eventuais em seu artigo 22, também determina o Benefício de Prestação Continuada (BPC), estabelecendo, em seu artigo 20, a garantia de um salário mínimo mensal às pessoas com deficiência e aos idosos com 70 (setenta) anos ou mais, os quais comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.

Os Benefícios Eventuais e o Benefício de Prestação Continuada são gerenciados pela atenção social básica, sendo que ambos se diferenciam, já que os Benefícios Eventuais são realizados de forma temporária ou pontual e o BPC é ofertado de forma continuada.

A despeito da legislação nacional, pode-se perceber, ainda, fragilidades na execução dos Benefícios Eventuais. Conforme Buzzi (2015), os Benefícios Eventuais ficam sob a responsabilidade dos encargos e recursos provenientes dos estados e municípios, sendo regulamentados de forma despadronizada que implica na gestão ineficaz, resultando muitas vezes em fórmulas oportunistas.

Nossa experiência de Estágio Supervisionado em Serviço Social se deu no âmbito da Gerência Municipal de Benefícios Eventuais, através da Secretaria Municipal de Assistência Social de Campina Grande (SEMAS/CG). Vejamos a seguir como se caracteriza esta Secretaria e como se processa o gerenciamento dos Benefícios Eventuais, especificamente na cidade de Campina Grande, onde realizamos nossa experiência.



### 3. Estrutura de Funcionamento dos Departamentos da Secretaria Municipal de Assistência Social de Campina Grande

Nosso estágio Curricular Obrigatório do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) foi realizado na Secretária Municipal de Assistência Social de Campina Grande/ (SEMAS), que fica localizada na rua Agrimensor Jose de Brito, no Bairro do Alto Branco. Segundo Maria Tejo<sup>1</sup>, assistente social da instituição, a fundação da Semas ocorreu na década de 1960, período em que o país ainda era muito marcado por uma política assistencialista e paternalista; naquela época, ainda segundo seu relato, os interesses comunitários eram relacionados à melhoria física dos bairros, às questões de saúde, educação e saneamento básico, visando assim à transformação da situação vigente que a comunidade se encontrava.

Hoje, as demandas chegam a partir dos órgãos jurídicos, das escolas, das universidades, do Conselho Tutelar, de instituições públicas e privadas, dos usuários, em especial os que estão inseridos no Aluguel Social. Na instituição são disponibilizados estágio para estudantes de Psicologia e Serviço Social das seguintes universidades: UEPB, UFCG, UNIPÊ e NASSAU.

No que diz respeito aos recursos materiais, eles são destinados de acordo com as necessidades e disponibilidades financeiras institucionais. Os recursos humanos são compostos de acordo com o Quadro 01, abaixo:

<b>Quadro 1 – Distribuição de Recursos Humanos da SEMAS</b>		
<b>Setor</b>	<b>Profissional</b>	<b>Quantidade</b>
Recursos Humanos	Assistentes Sociais	02
	Assessores Técnicos	03
	Atendentes da Rede Especializada	02
Recepção	Recepcionistas	04
Vigilância Socioassistencial	Supervisor de Projetos	01
	Auxiliares de Serviços Gerais	02

1. Relato oral da Assistente Social Maria Tejo, uma profissional que atua há décadas no município, sendo considerada praticamente um patrimônio na área da assistência social.

Financeiro	Assessores Administrativo	04
Rede Social Básica	Assistentes Sociais	03
	Atendentes	02
Compras	Entrevistadores	02
	Assessor Administrativo	01
Transporte	Agente de transporte	01
	Motoristas	12
Almoxarifado	Auxiliares de serviço gerais	03
Copa	Auxiliares de serviço gerais	05
Vigilância	Vigias na parte da manhã	02
	Vigias Noturnos	02

O profissional do Serviço Social está inserido na instituição desde sua fundação, nos anos 1960. A principal atribuição desse profissional é trabalhar com as famílias, tendo por objetivo o desenvolvimento da potencialidade das mesmas diante da sociedade. De acordo com Silva (2015), na Política Nacional de Assistência Social a intervenção desse profissional ocorre junto aos grupos familiares, e o assistente social deve levar em consideração as singularidade e vulnerabilidade do contexto social, desenvolvendo trabalhos que visem à potencialização dessas famílias, para que as mesmas façam uma reflexão crítica sobre a situação vulnerável na qual se encontram, buscando estratégias para superação das mesmas. A estrutura física da Semas será apresentada no quadro 02, abaixo:

<b>Quadro 2 - Estrutura Física da Semas</b>	
<b>Departamentos e Diretorias</b>	<b>Áreas que compõe os departamentos e Diretoriais</b>
Gabinete da Secretaria Eva Gouveia	Assessoria Jurídica
	Assessoria de Comunicação
	Vigilância Sócio Assistencial
Diretoria de Administração E Finanças	Recursos humanos
	Compras e Almoxarifados
	Gerência de Transportes

Diretoria de Proteção Especial	Casas de acolhimento
	Centro POP e Ruanda
	Centro Especializado da Assistência Social (CREAS)
Departamento de Proteção Social Básica	Gerencia da criança
	Gerencia do Idoso
	Centro de Referencias da Assistência Social ( CRAS)

Outra instância que compõe a Semas é o Departamento de Proteção Social básica, o qual fica responsável pelo gerenciamento do Benefício Prestação Continuada (BPC), dos Benefícios Eventuais e pela realização de programas que têm por objetivo a prevenção de situações de riscos, reforçando os laços familiares e comunitários. Os CRAS, são responsáveis pelo acompanhamento das famílias inseridas nos benefícios eventuais e, também, pela criação de grupos de discussão e debate, como de idosos e mulheres e execução de programas, como o de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos. Sendo em um total de dez CRAS, localizados nos bairros da Palmeira, Liberdade, Jeremias, Malvinas, Multirão, José Pinheiro, Ramadinha, Pedregal e nos distritos de Galante e São José da Mata.

A Diretoria de Proteção Especial é responsável pelos atendimentos e acompanhamento dos usuários que tiveram seus direitos violados, sendo integrada pelas seguintes instituições apresentadas no quadro 03 abaixo:

<b>Quadro – 3 Programas executados pelos CREAS</b>	
Instituições de acolhimento	Público alvo
Casa de acolhimento Irmã Zuleide	Pessoas que se encontram em situação de risco Social e pessoal.
Casa de Passagem	Abrigo temporário destinado a homens, mulheres e Famílias oriundas de outros estados, municípios ou da Periferia.

Casa da Esperança I	Meninos de 7 a 18 que perderam seus vínculos Familiares.
Casa da Esperança II	Meninas de 7 a 18 que perderam seus vínculos Familiares
Centro POP	População que se encontra em situação de rua
Ruanda	Crianças que vivem em situação de rua

O CREAS atende as situações decorrentes da violação de direitos. A Cidade de Campina Grande dispõe de três CREAS, localizados nos bairros: Alto Branco, Catolé e Liberdade. Segundo a Assistente Social Maria Tejo, a Secretaria é financiada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em parceria com os governos municipal e estadual. De acordo com a PNAS/2004, a Constituição Federal, em seu artigo 195, regula que o financiamento que compõe o tripé da Seguridade Social deve ser realizado por toda a sociedade, através dos recursos orçamentários da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e a assistência social faz parte desse tripé e seu financiamento ocorre a partir da participação da sociedade, seja ela de forma direta ou indireta, mediante as contribuições sociais.

Conforme a PNAS/2004 esse financiamento da Política Nacional de Assistência Social, historicamente, foi marcado por práticas segmentadas, genéricas e centralizadas que se perpetuam por anos. Então, podemos perceber que assim como o financiamento, a história da assistência Social no Brasil também é marcada por essa prática genérica que rebate na concessão dos benefícios ofertados pela assistência, como é o caso dos benefícios eventuais que trataremos a seguir, especificamente em Campina Grande.

### **3.1 Os Benefícios Eventuais em Campina Grande**

Como já vimos, a SEMAS é responsável pelo monitoramento dos programas ofertados pela assistência social em Campina Grande-PB, e, também, pelo gerenciamento da proteção social básica, onde são ofertados os Benefícios Eventuais, e pela proteção especial, que é responsável por resolver os problemas relacionados à violação de direitos.

O ano de 2015 foi referência no marco regulamentário dos Benefícios Eventuais em Campina Grande, através da aprovação do Projeto de Lei nº 104/2015, de autoria do vereador

João Dantas, que trata da concessão desses benefícios. Em seu artigo 12º, a Lei trata da concessão do Auxílio Alimentação, especificando que:” [...] constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, por alimentos, para reduzir a vulnerabilidade provocada pela falta de condições socioeconômicas para aquisição de alimentos com qualidade e quantidade de forma garantir uma alimentação saudável e com segurança às famílias beneficiadas”.

No artigo 5º da Lei Municipal, são definidas as situações que tratam o Benefício Eventual na forma de Auxílio-Natalidade, destacando os seguintes itens:

- a) Atenções à saúde do nascituro;
- b) Apoio à mãe no caso de natimorto ou morte do recém-nascido;
- c) Apoio à família no caso de morte da mãe.

A Gerência de Proteção Social Básica atende diretamente os usuários que vêm solicitar o Auxílio Funerário, esse auxílio é tratado no artigo 7º da Lei 104/2015, tendo finalidade de:

- d) Custeio com caixão;
- e) Custeio de necessidades urgentes da família para enfrentar riscos de perdas e vulnerabilidades advindas da morte de um dos seus provedores ou demais membros;
- f) Ressarcimento, no caso da ausência do benefício eventual, no momento em que este se faz necessário.

O Aluguel Social é um benefício eventual, ofertado pela Semas, direcionado para as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, sendo enquadrado no artigo 8º da Lei 104/2015, a qual define que: “[...] os benefícios eventuais serão concedidos para atender as situações de vulnerabilidade temporária, se configurando em situações de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar”.

Os critérios para concessão dos benefícios eventuais são tratados no artigo 10º da lei 104/2015, o qual estabelece que os benefícios serão concedidos para as famílias em situação de vulnerabilidade, residentes no município há pelo menos 3 (três) meses, que tenham renda per capita de até meio salário mínimo vigente.

Os Benefícios Eventuais ainda têm um longo caminho a percorrer para se consolidarem como um direito. De acordo com Buzzi (2015), é possível notar as diferentes maneiras de operacionalização dos Benefícios Eventuais nos municípios brasileiros, e que

esses benefícios ainda são um projeto recente e inacabado da proteção social, necessitando assim de um padrão de regulamentação que possibilite a emancipação do usuário.

No desenvolvimento das nossas atividades de estágio, percebemos melhor como é a dinâmica da concessão desses Benefícios Eventuais em Campina Grande e também quais são os principais problemas que envolvem os mesmos. Vejamos a seguir o relato da nossa experiência de Estágio Supervisionado, através do qual executamos nosso Projeto de Intervenção.

### **3.2. Observação das atividades desenvolvidas na Gerência da Proteção Social Básica**

Nosso estágio supervisionado na SEMAS/Campina Grande-PB começou dia dez de maio de dois mil e dezesseis. A partir dessa data, começamos a observar e registrar em nosso Diário de Campo as atividades e programas que são ofertados pela Instituição. O período que realizamos o estágio foi necessário para perceber a importância do mesmo para nossa formação acadêmica e profissional. Afinal:

O estágio Supervisionado capacita o/a aluno/a para o exercício profissional, por meio da realização das mediações entre o conhecimento apreendido na formação acadêmica e a realidade social. No estágio, exercita-se o conhecimento da realidade institucional, a problematização teórico-metodológica, a elaboração e implementação do plano de intervenção do/a estagiário/a, articulando a discussão teórico-metodológica e a utilização do instrumental técnico-operativo do serviço Social ao campo específico da ação. (CFESS, 2013 p. 11).

A inserção no campo estágio nos proporcionou uma aproximação com a realidade vivenciada pela Instituição e em especial com os programas da atenção básica, nesse caso: o BPC na escola, o Aluguel social, o auxílio funerário e o auxílio alimentício. De início, começamos a analisar os documentos dos beneficiários do BPC na escola por CRAS, esse documento é referente ao questionário aplicado às famílias dos beneficiários e tem por objetivo analisar a frequência dos mesmos na escola, visando sua inclusão no ambiente escolar.

O Aluguel Social foi outro programa com que tivemos um contato mais próximo, pois fizemos o acompanhamento de algumas visitas domiciliares juntamente com a assistente social, para coletar as assinaturas dos beneficiários. Uma dessas visitas ocorreu no bairro Liberdade, no qual tivemos um contato direto com a realidade vivenciada pelos usuários, pudemos perceber que as casas que são ofertadas não oferecem conforto para a acomodação dos mesmos, necessitando melhorar a estrutura física desses locais, entre vários problemas

destacam-se aqueles relacionados à encanação e também às estruturas das casas muito antigas, necessitando de reformas. Somando a esses problemas está o atraso no pagamento dos proprietários dessas casas, o que também é recorrente.

Além dos problemas já citados, ainda existe os que estão relacionados à falta de recursos para o desenvolvimento dos trabalhos dos/as assistentes sociais na Instituição. Nesse caso pudemos observar que a falta de combustível nos automóveis atrasa o andamento das atividades e que os espaços das salas em que atuam o assistente social são pequenos para receber novos estagiários e também para realizar o atendimento dos usuários, lembrando que a instituição deve garantir um espaço para receber esses usuários que lhes assegure o sigilo de suas informações, para não comprometer o trabalho do assistente social, já que, conforme Barroco (2012): o sigilo profissional é um dos aspectos mais polêmicos do Código de ética, e “ [...] Ele não envolve apenas o que é confiado ao profissional pelo usuário; é parte da ética profissional a preservação do usuário de todas as informações que lhe digam respeito, mesmo que elas não lhe tenham sido reveladas diretamente.” (Barroco, 2012 p.91).

Diante dessas observações, ressaltamos a importância do sigilo profissional e, também, diante das análises documentais, destacamos o cuidado que devemos ter na utilização da nossa escrita, buscando escrever de forma clara, objetiva e técnica, mas, infelizmente, na atualidade ainda percebemos que existe profissionais que usam uma escrita com termos informais, como, por exemplo, sugerindo “solicitar uma feira” em vez de referir o termo “cesta básica”, respaldado por renomadas instituições que atuam no âmbito da Política de Assistência Social e pelo seu marco legal. Podemos perceber que não só a escrita, mas também as ações são, às vezes, ultrapassadas pois, em análise a outros pareceres, notamos que uma profissional do serviço social relatou que, em uma visita domiciliar, abriu a geladeira do usuário para ver se tinha comida na mesma. Entendemos que é necessário uma formação continuada desses profissionais, que podem ser realizadas na própria Universidade através dos programas de extensão ofertados pela mesma.

De acordo com Sarmiento (1994), na visita domiciliar devem ser considerados alguns aspectos e entre esses aspectos está a observação naturalmente do ambiente visitado, sem forçar situações que possam constranger o usuário e, também, essa visita possibilita o conhecimento da realidade vivenciada pelo indivíduo, permitindo que o assistente social faça uma reflexão educativa sobre a qualidade de vida dos usuários.

Diante dessas observações, conseguirmos fazer uma leitura crítica da realidade, lembrando que o diário de campo é um instrumento importante para descrever essas situações cotidianas, se tornando um instrumento importante para os/as profissionais assistentes sociais, inclusive, é recomendado para os/as estudantes estagiários do serviço social e frequentemente exigido pelas/os supervisoras acadêmicas/os. As anotações nos possibilitam fazer uma análise e intervenção sobre a realidade vivenciada no cotidiano dos usuários; pois:

É através da sistematização da intervenção que se desenvolvem tanto os processos investigativos sobre a realidade social, os sujeitos e o processo de intervenção profissional, quanto de marcos orientadores para as ações profissionais articuladas em diferentes processos de intervenção, como também na articulação entre esses mesmos processos. Para tanto, destaca-se a importância das análises e/ou diagnósticos sobre a realidade social e sobre as demandas singulares da população atendida. (Lima *et al*, 2007 p.95).

Pudemos perceber que é através dessa aproximação com o cotidiano que aguçamos ainda mais nosso olhar investigativo; de acordo com Fraga (2010), essa atitude investigativa é o que fomenta a ação do assistente social e a mesma está em constante movimentação, na busca do questionamento e do planejamento que irão subsidiar a atuação do profissional.

Diante das observações realizadas no cotidiano, foi possível construir nossa proposta de intervenção voltada para os usuários da assistência social que estavam inclusos nos Benefícios Eventuais. Essa proposta de intervenção teve por objetivo oferecer mais esclarecimentos sobre os Benefícios Eventuais, seus critérios de acesso e as responsabilidades de cada usuário para sua manutenção. A proposta foi realizada nos CRAS Catingueira, Jeremias, Liberdade e Malvinas, pois, entre os 10 CRAS existentes em Campina Grande, esses quatro são o que apresentam o maior número de demandas em relação a esses benefícios.

Assim, finalizamos nosso estágio com a aplicação da nossa proposta de intervenção nos CRAS acima referidos. Essas intervenções foram um pouco conturbadas, já que os oito encontros que estavam previstos para acontecer, sendo dois encontros em cada CRAS, não puderam ser todos realizados, em razão dos mesmos estarem acontecendo no período de greve da Universidade Estadual da Paraíba, greve está aprovada pelos profissionais técnicos e, também, pelos professores efetivos que buscavam que seus direitos trabalhistas fossem respeitados e, também, lutavam por melhorias na Universidade e, inclusive, na assistência estudantil.

Embora os professores tenham mantido as atividades em campo de estágio, outro problema para realização da intervenção foi a falta de transporte universitário para que



estudantes residentes em outros municípios – como é nosso caso – pudessem se deslocar até Campina Grande. Vale destacar que a Universidade não oferece transporte para esses estudantes externos e, muitas vezes, também não há oferta de ônibus regular entre tais cidades, deixando-nos totalmente dependentes dos transportes disponibilizados pela prefeitura.

Embora tenham ocorrido esses problemas no decorrer do desenvolvimento das atividades e na aplicação da proposta de intervenção, ressaltamos a importância dessa intervenção para os usuários dos quatro CRAS escolhidos, pois, ela nos permitiu levar para esses usuários um pouco da nossa experiência e também possibilitou que eles tomassem conhecimento sobre o que são os Benefícios Eventuais em nível nacional e especificamente em Campina Grande. Para entendermos melhor como foi a dinâmica dos encontros, vamos ver como se deu a aplicação dessa proposta em cada CRAS.

### **3.3. Trabalho Sócio Pedagógico com os usuários dos CRAS de Campina Grande**

Como já referimos, nossa proposta de intervenção foi planejada para ser realizada nos CRAS que apresentavam um maior número de demandas em relação aos Benefícios Eventuais. Então, as atividades seriam desenvolvidas em dois encontros para cada CRAS. No primeiro encontro iríamos falar e desenvolver atividades sobre cidadania, direitos e deveres e no segundo encontro sobre os Benefícios Eventuais no contexto brasileiro e especificamente em Campina Grande, destacando os requisitos e exigências para obtenção e manutenção dos mesmos.

Para tornar os encontros mais dinâmicos elaboramos um álbum seriado com a apresentação do nosso trabalho, trazendo as imagens relacionada aos nossos direitos civis, políticos e sociais e também os nosso deveres enquanto cidadãos. No álbum foi desenhando um grande mapa do Brasil, e no momento do encontro entregamos um bonequinho para cada um dos participante, e pedimos que os mesmos colocassem seu nome no boneco, e fossem colar eles no mapa. Essa dinâmica visava que os usuários presentes notassem que são cidadãos brasileiros, o que permite aos mesmos usufruir dos seus direitos e deveres assegurados por lei.

O primeiro encontro para aplicação da nossa intervenção aconteceu no CRAS Catingueira, com a presença de onze usuários; de nossa supervisora acadêmica e também de

nossa supervisora de campo; da coordenadora do CRAS; uma psicóloga e uma assistente social do CRAS Catingueira; da assistente social Maria Tejo e de uma estagiária do Curso de Direito da Universidade Estadual da Paraíba.

Com o início e desenvolvimento das atividades, pudemos perceber que a maioria dos participantes interagiu durante o encontro, desde a realização da dinâmica com balões. Esta dinâmica teve por objetivo a apresentação dos usuários e também ver quais seriam as principais necessidades, anseios e vontades que eles queriam que fossem realizados nos seus bairros.

Entre os assuntos que foram gerados na dinâmica dos balões, destacamos, primeiro, a intervenção de uma usuária, referente à orientação sexual, pois, esta participante expôs que o desejo de sua amiga, colocado no balão, seria que todos respeitassem sua orientação sexual, pois a mesma seria lésbica. Apesar de o tema destoar um pouco daquilo que previmos abordar no nosso Projeto de Intervenção, aproveitamos o momento para fazer uma reflexão sobre a importância de que – de fato – a orientação sexual de cada cidadão brasileiro seja respeitada, destacando que existem, inclusive, leis que regulamentam esse direito e, principalmente, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 3º, inciso IV afirma constituírem como objetivo da República: **a promoção do bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outro tipo de discriminação.**

Vale destacar que também o Código de Ética do Assistente social (1993) rege, no parágrafo VI, como um dos princípios fundamentais da profissão, o **“Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”**. De acordo com Barroco (2012), esses princípios regulam toda atividade do/a Assistente Social, rejeitando qualquer atitude discriminatória relacionada a tradições culturais, orientações sexuais, entre outros, buscando sempre o respeito à diversidade. Vale ressaltar, também, que, nesse período, a SEMAS estava começando a desenvolver um projeto junto aos CRAS que visava diagnosticar as condições sócio econômicas da população LGBT e tinha como objetivo a criação de políticas públicas para diminuir os impactos causados pela discriminação e que, atualmente, a SEMAS conta com uma “Coordenação de Ações e Políticas para a População LGBT”.

Logo a seguir, foram feitas críticas aos deputados, através das quais os usuários relatavam o contexto e os escândalos atuais, o que achamos muito interessante, pois, embora

eles não tenham as informações vindas muitas vezes de forma correta pelos veículos de comunicações, os mesmos ainda conseguem olhar de forma crítica para a realidade atual. Diante disso, pudemos perceber a importância de levar essas informações sobre os direitos e deveres dos usuários, pois, é nesses encontros que eles revelam seus posicionamentos e, também, suas dificuldades cotidianas.

É importante destacar que os principais questionamentos no encontro giraram em torno do Aluguel Social e dos problemas referentes às casas ofertadas, também era notória a esperança dos usuários em serem contemplados com as casas do conjunto Aluísio Campos que estão sendo distribuídas pela Secretaria de Planejamento (SEPLAN) do município, no âmbito de um programa de construção e entrega de casas populares para pessoas de baixa renda. Segundo reportagem realizada no dia 20 de março de 2017, pelo site Convisão, esse conjunto habitacional faz parte do Programa Federal Minha Casa Minha Vida (MCMV) e contou com um investimento de 233 milhões do Governo Federal, devendo ficar pronto até dezembro próximo.

Os problemas habitacionais não afetam somente Campina Grande, mas, o país. De acordo com a Fundação João Pinheiro (2017), os resultados preliminares do ano de 2015 apontam que o déficit habitacional no país chega a 6.186.503 milhões de domicílios e no Estado da Paraíba este déficit chega a 117.405 milhões de domicílios. Conforme o site da Prefeitura Municipal de Campina Grande (2017), a Revista Prisma fez uma reportagem para mostrar a grandiosidade do complexo habitacional acima referido, elencando em sua reportagem que a cidade de Campina Grande possui um déficit habitacional estimado em 16 mil residências, e que o Governo local prevê a redução desse índice com a inauguração do complexo Aluísio Campos, mas, diante das nossas observações, pudemos perceber que, mesmo com a inauguração do complexo, muitas famílias vão ficar dependentes do aluguel social, já que a instituição apresenta uma demanda bastante superior para a concessão desse benefício.

Apreendemos que há uma enorme demanda por Aluguel Social e o que a instituição argumenta é que não pode ampliar o número de beneficiários por questões orçamentárias; sobre isto, vamos usar o relato de uns dos usuários que veio solicitar sua inclusão no aluguel social, o qual questionava: “como pode uma prefeitura gastar com bandas caras e não pode atender a população mais carente? Podendo diminuir os gastos contratando artistas locais”. Diante desse relato, pudemos perceber a seletividade desses programas e que mesmo em meio

aos problemas enfrentados no cotidiano, mais uma vez, os usuários ainda conseguem fazer uma leitura crítica da realidade.

Entendemos que o encontro possibilitou confrontar o discurso apresentado pela instituição com as demandas dos usuários evidenciando assim, que estes últimos têm clareza de que, muitas das suas demandas habitacionais não são tratadas como prioridade pelo Governo Municipal, pois há maiores gastos em áreas que não apresentam tanta urgência.

A avaliação do encontro pelos usuários teve como estratégia a apresentação de *emotions* com as carinhas de triste, feliz e em dúvida; onde duas pessoas apresentaram a carinha de tristeza e quatro a carinha de alegria. Uma das usuárias que optou pela carinha triste fez uma autocrítica, avaliando que cobrava muito do CRAS, mas, muitas das vezes não assumia a responsabilidade dela enquanto usuária, como é o caso de estar participando e se informando dos programas ofertados pelo mesmo. Nesse primeiro encontro, consideramos significativa a participação dos usuários, mas foi possível perceber a angústia dos mesmos em relação aos locais que são ofertados pela SEMAS para eles morarem, através do Aluguel Social, e também foi possível notar a esperança dos mesmos em serem contemplados com uma das casas do Conjunto Aluísio Campos, buscando assim um local estável para morar, quando na verdade sabemos que as unidades habitacionais disponíveis não contemplará toda a demanda deles.

O primeiro encontro que realizamos no CRAS Malvinas foi um pouco conturbado, já que ocorreu em um dia bastante chuvoso em Campina Grande, dificultando o deslocamento dos usuários até o CRAS, isso ocorreu devido à maioria deles morarem em áreas de risco, o que os obrigou a ficar em casa para proteger seus objetos pessoais dos alagamentos provocados pela chuva. Então, nesse dia contamos com a presença de quatro usuárias, duas assistentes sociais do CRAS Malvinas, nossas supervisoras acadêmica e de campo de estágio, duas assistentes sociais, uma estagiária e uma psicóloga do CRAS Três irmãs.

No momento, tendo em vista a ausência da maioria dos usuários, fizemos apenas uma breve exposição da nossa proposta de intervenção, ficando acordado que no próximo encontro, com mais participantes, falaríamos um pouco sobre cidadania e Benefícios Eventuais em Campina Grande. Porém, esse segundo encontro não foi possível ser realizado, pois o mesmo ocorreria no período de greve da UEPB e nesse período as prefeituras municipais não disponibilizaram carros até Campina Grande, inviabilizando nossa vinda como estagiárias.

Embora o segundo encontro não tenha acontecido, conseguimos fazer algumas observações no CRAS Malvinas, das quais se destaca o fato de que as assistentes sociais estavam desenvolvendo algumas atividades que não eram de sua competência, como, por exemplo, fazendo café, limpado o ambiente de trabalho e lavando a louça, devido à falta de uma equipe de apoio no local, o que fica mais nítido nesse caso é a precarização do trabalho do assistente social, que, diante de algumas situações, assume o papel de profissional polivalentes. De acordo com Paz (2015), a precarização do trabalho dos profissionais da Política Nacional de Assistência Social rebate tanto nos vínculos empregatícios, como, também, nos baixos salários, nas instalações físicas, na falta de recursos humanos e materiais que dificultam o desenvolvimento das atividades no ambiente de trabalho.

No encontro do CRAS Liberdade, estavam presentes dez usuários, duas assistentes sociais, uma psicóloga e nossa supervisora de campo de estágio, nesse encontro nossa supervisora acadêmica não pode comparecer, já que estava realizando uma atividade acadêmica e não podia faltar na mesma. Esse encontro foi realizado pela parte da manhã e, devido ao atraso para seu início, não foi possível realizar a dinâmica inicial com os usuários. Esse atraso ocorreu porque nossa supervisora de campo precisou resolver alguns problemas na SEMAS. Pudemos perceber que esse atraso causou um certo desconforto com os usuários presentes, e tivemos que explicar para eles que só poderíamos começar nossa exposição quando nossa supervisora estivesse presente, pois só poderíamos apresentar nossa proposta para os mesmos, com a presença de nossa supervisora de campo.

Mais uma vez, os usuários que compareceram ao encontro estavam ansiosos para saber alguma novidade da entrega das casas ofertadas pela SEPLAM, ao ouvir seus relatos, percebemos que os mesmos vieram para o encontro acreditando que o mesmo seria para falar sobre a entrega dessas casas, diante desses relatos e interrogações, explicamos para os presentes que o encontro tinha por objetivo fazer uma exposição sobre os direitos de cidadania e os Benefícios Eventuais, e que os questionamentos sobre as casas teriam que ser respondidos pela SEPLAN, o que evidenciou mais uma vez os problemas habitacionais existentes na cidade. Campina Grande, segundo Souza (2010), apresenta um número crescente de favelas e ocupações irregulares, e isso ocorre pela falta de políticas urbanas que combatam as desigualdades sócio espaciais que rebatem na habitação, e os programas destinados para as pessoas que vivem na favela são paliativos e essa população fica exposta a problemas referentes ao esgoto a céu aberto, ao acúmulo de lixo, aliado também aos baixos

salários e à falta de assistência nas áreas da assistência social, da saúde, educação, moradia entre outros.

Ao término de nossa exposição, avaliamos juntamente com os usuários presentes, o que foi debatido no encontro, dessa avaliação participaram sete usuários, dos quais seis demonstraram ter ficado felizes com o encontro sobre o que foi exposto. Com o fim da avaliação, deixamos nosso agradecimento a todos que estavam presentes e fizemos o convite para o próximo encontro, que não chegou a acontecer devido à falta de transporte para nosso deslocamento até Campina Grande.

No dia 05 de abril, seria realizado o segundo encontro no CRAS Catingueira, porém o mesmo também não chegou a acontecer, pois, só duas usuárias compareceram no local, para saber informações sobre os problemas relacionados ao seu local de moradia, argumentando que o local onde estavam morando era próximo a uma galeria de esgoto e que o “cheiro” era insuportável. Diante de sua demanda, a mesma foi instruída a ir até a SEMAS para solucionar esse problema. Hoje, avaliamos que a falta dos usuários foi em razão de várias das suas reivindicações em relação ao Aluguel Social não terem sido atendidas adequadamente.

O encontro no CRAS Jeremias foi realizado no dia dezenove de abril, nesse encontro compareceram apenas quatro usuários. De início, expusemos para eles o que seria cidadania e conseqüentemente, quais eram os seus direitos e deveres enquanto cidadãos e, em seguida falamos sobre os Benefícios Eventuais em Campina Grande. No decorrer do encontro, quando abrimos espaço para os usuários exporem sua opinião sobre o que foi debatido, um usuário avaliou que, apesar de garantidos em lei, os direitos sociais ligados à saúde, educação, habitação, trabalho e assistência social não se concretizam por causa da “roubalheira” que estava acontecendo em Brasília. Diante da fala dos usuários, reforço a importância do encontro que permitiu que fosse apresentado de forma simplória o tema sobre cidadania e também benefícios eventuais ofertados em Campina Grande, possibilitando que eles façam uma análise crítica do momento atual, e não reproduzam simplesmente o que a mídia fala. Diante dessas falas, destacamos a importância do exercício do voto, que foi debatido no encontro e é um dever do cidadão e uma forma de escolher um representante que assuma a responsabilidade de defender os direitos assegurados por lei e, também, ao longo dos encontros, diversas vezes ressaltamos a importância da luta e da participação política, para além dos momentos de eleição e de votação.

No decorrer do encontro, foi percebido como as perguntas dos usuários se voltaram para os problemas estruturais das casas cedidas para o Aluguel Social, esses problemas estão comumente relacionados a problemas na encanação, e algumas com telhados já bastante velhos, outras são muito apertadas para acomodar uma família grande. Diante disso podemos perceber que essas reclamações se voltam para as más condições das moradias em que esses usuários são colocados, e como já foi mencionando em outros encontros, a solução para esses problemas não são uma prioridade da prefeitura.

Após a fala dos usuários, fizemos uma pequena avaliação com os presentes, os quais avaliaram que o encontro tinha sido muito bom, pois nós tínhamos trazidos para eles quais eram seus direitos, destacando que o direito social da moradia, exposto no artigo 6º da Constituição Federal, não era assegurado para os mesmos. Diante da avaliação dos usuários destacamos mais uma vez a insatisfação dos benefícios ofertados pela instituição, e que o problema da habitação em Campina Grande está longe de ser resolvido, pois falta políticas públicas eficazes para as pessoas que vivem em área de risco.

Diante dos problemas referentes à falta de transporte no período de greve, que não possibilitou o segundo encontro no CRAS Malvinas e Liberdade, ressaltamos o aprendizado que foi adquirido nos encontros, nos quais foi aplicada nossa proposta de intervenção, o que possibilitou uma aprendizagem mútua, já que conseguimos levar um pouco do que aprendemos para os usuários, e essa aproximação com o cotidiano desses usuários possibilitou apreendermos um pouco dos seus dilemas, e, que, com certeza, essa aproximação servirá como aprendizado tanto para nossa vida profissional como nossa vida pessoal, pois, no encontro percebemos quais são as demandas que afligem os usuários e que chegam até nós enquanto profissionais, possibilitando assim, fazer uma análise crítica sobre a realidade vivenciada pelos mesmos, exigindo, assim, que lutemos pela efetivação dos direitos assegurados por lei.

#### **4. CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Ao concluir esse artigo, ressaltamos a importância da vivência no estágio curricular obrigatório para nossa formação acadêmica, pois, foi através do campo de estágio que tivemos um contato mais próximo com os usuários que frequentavam a Semas, o que possibilitou a realização da nossa proposta de intervenção.

Nossa intervenção, realizada nos CRAS que apresentavam uma maior demanda em relação aos benefícios eventuais, contou com uma pequena parcela dos usuários atendidos pela instituição, e um dos fatores que contribuíram para essa baixa participação foi em razão dos CRAS estarem passando por um momento de reestruturação nos seus locais de atendimentos e, também, os mesmos ainda estarem em processo de formação dos seus grupos, o que dificultou a interação e divulgação da nossa proposta. Somando com esses fatores, também podemos perceber que a falta dos usuários está relacionada ao descrédito dos discursos proferidos pela instituição em relação às casas ofertadas pelo aluguel social.

O aluguel social e as casas do Complexo Aluísio Campos ofertadas pela SEPLAM foram os assuntos mais debatidos nos encontros realizados, o que era visível na ansiedade dos usuários que estavam presentes, em serem contemplados e poderem sair das condições precárias em que se encontram. Então, podemos perceber que mesmo esse programa atendendo algumas daquelas famílias presentes nesses encontros, os problemas relacionados à habitação, ainda irão demorar a serem resolvidos, pois, existe uma demanda reprimida para os usuários que solicitaram e precisam estar inseridos no aluguel social e, diante dos cortes realizados no país no contexto atual, que afetam as áreas da saúde, educação, previdência e assistência social, esses problemas tendem a aumentar, afetando diretamente a classe trabalhadora e contribuindo para intensificação das “expressões da questão social”.

Diante do que foi colocado, pudemos perceber que a realização da nossa proposta de intervenção proporcionou uma relação direta com as demandas apresentadas pelos usuários, permitindo, assim, que nós aumentássemos nossa visão crítica em relação às desigualdades que são geradas pelo sistema capitalista e em relação às políticas sociais direcionadas às camadas mais pobres, que tendem a naturalizar essas desigualdades sociais. Com isso, é necessário ressaltar a importância de uma formação acadêmica que nos possibilite analisar essas desigualdades em sua totalidade, permitindo realizar uma intervenção que tenha por objetivo defender os direitos da classe trabalhadora.



## ABSTRACT

This article was developed through our experience gained in the Supervised Internship in Social Work, carried out at the Municipal Secretary of Social Assistance from Campina Grande (SEMAS), especially in the Department of Basic Social Protection, where the eventual benefits are managed. The National Social Assistance Policy (PNAS / 2004) contributed to the reorganization of social assistance, and is aimed at people who are in social vulnerability, the eventual benefits, regulated by the Organic Law of Social Assistance (LOAS / 1993), are intended for these people. In Semas, the possible benefits of food aid, birth, funeral and social rent are offered. It was through the users who came to Semas to request inclusion in these benefits that we felt the need to carry out the interventions in CRAS Catingueira, Jeremias, Malvinas and Liberdade, because they presented a greater demand in relation to the eventual benefits. The purpose of the intervention carried out in these CRAS was to present the subjects related to citizenship, rights and duties to these users, as well as to provide them with information about possible benefits, so that they would be aware of their rights. In the meetings held for our intervention, social rent was the theme that gained more prominence because it is the one that presents the most problems related to the precariousness of the houses offered. In the meetings it was possible to confront the demands that afflicted the users with the discourse developed by the institution. The intervention made it possible to bring a bit of knowledge to the present users, which meant an exchange of learning, which also contributes to our training as future professionals of Social Work.

**Keywords:** Supervised Internship in Social Work. Social Assistance Policy. Basic Social Protection. Eventual Benefits. Social Rental.

## REFERÊNCIAS:

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. Maria Lucia Silva Barroco, Sylvia Helena Terra; Conselho Federal de Serviço Social-CEFFS, (organizador). Cortez. 1º ed. São Paulo/SP, 2012.

BOVOLENTA, Gisele Aparecida. **Os benefícios eventuais previsto na Loas: O que são e como estão**. Serv. Social. Soc. N° 106. São Paulo, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil/1988**. Ed. 2015/Senado Federal Brasília/DF,2015.

BRASIL. **Presidência da República. Lei Orgânica da Assistência Social. LOAS ANOTADA**. Lei nº 8.742 de 07 de Setembro de 1993. Projeto gráfico: Ascon. Acessória de comunicação/ publicidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília/ DF, 2009.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004\_Norma operacional Básica NOB/ SUAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Brasília/DF, 2005.

BUZZI, Ana Paula Barcelos. **A ação do Serviço social no Campo dos Benefícios Eventuais: Caso Florianópolis**. Trabalho de Conclusão de Curso/TCC. Florianópolis/SC, 2015.

CARTILHA ESTÁGIO SUPERVISIONADO. **Meia Formação não Garante um Direito: O que você precisa saber sobre a supervisão direta de estágio em serviço social**. Conselho Federal de Serviço social CEFSS. Brasília/ DF, 2013.

BRASIL. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social Em Debate**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretária de avaliação e gestão da informação, 2005-7p;28cm. Edª 12. Brasília, 2010.

DALLAGO, Cleonilda Sabaini Thomazini. **Estado e políticas sociais no Brasil: formas históricas de enfrentamento a pobreza**. III Jornada Internacional de Políticas Públicas. Questão Social e Desenvolvimento no Sec. XXI. 28 a 30 de agosto. São Luiz do Maranhão/MA, 2007.

DÉFICIT HABITACIONAL NO BRASIL 2015: **Resultados preliminares / Fundação João Pinheiro**, Diretoria de Estatística e Informações/ Indicadores sociais, nº 03.Belo Horizonte: FJP, 2017.

FRAGA, Cristina Kologeski. **A atitude investigativa no trabalho do assistente social**. Ser. Soc. Soc. N° 101. São Paulo/SP, 2010.

FECHINE. A.K.S. et al. **O neoliberalismo e a formação das políticas sociais: desafios contemporâneos**. Socializando. N° 2. Natal/RN, 2014.

LIMA, A. M. S. et al. **A Política de Assistência Social e os programas de transferência de renda.** VII Jornada Internacional Políticas Públicas. 25 a 28 de agosto. São Luiz do Maranhão, 2015

LIMA, T. C. S. et al. **A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais:** algumas considerações acerca do diário de campo. *Revistas Textos & Contextos*. V.6.nº 1. Porto Alegre/RS, 2007.

CAMPINA GRANDE. **Projeto de lei nº 104/2015/ Regulamentação dos Benefícios Eventuais em Campina Grande-PB.** Campina Grande, 2015.

PINHO, M. J. M. E. et al. **A Dimensão Pedagógica do Serviço Social na Política de Educação:** análise de experiências no município de São Luiz. VII Jornada Internacional Políticas Públicas. 25 a 28 de agosto. São Luiz do Maranhão, 2015.

PORTO, Maria Célia da Silva. **Estado Assistencialista e “Questão Social” no Brasil pós-Constituinte.** II Jornada de Políticas Públicas. 23 a 26 de agosto. São Luiz do Maranhão/MA, 2005.

SILVA, Fernanda Cristina. **Assistência Social e Cultura Política:** O processo de uma política em construção. Dissertação de mestrado. Juiz de Fora/ MG, 2012.

SILVA, Mossicleia mendes da. **A Política de Assistência Social Brasileira e o “Neodesenvolvimentismo:”** Notas ao debate. *Ser Social*. V 16, nº 35. Brasília/DF, 2014.

SILVA, Chris Giselle Pegas Pereira da. **Trabalho do Assistente Social com famílias no serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF):** Uma questão de habitus. Mestrado Serviço Social/ Congresso anais-eixo 03. 09 a 12 de Junho. Londrina/ PR, 2015.

SILVA, Sheyla Suely de Souza. **Esgotamento do ciclo “neodesenvolvimentista”, retorno ao neoliberalismo ortodoxo e desafios à proteção social brasileira.** XV ENPESS/ Encontro de pesquisadoras(es) em serviço social. 04 a 08 de Dezembro. Ribeirão Preto/SP, 2016.

SARMENTO, Hélder B. de M. **Instrumentalidade e técnicas em Serviço Social:** elementos para uma rediscussão. Dissertação de mestrado. PUC São Paulo/SP, 1994.

SOAREZ, Raimundo Cheila de Águiar. **A Política de Assistência Social no Brasil:** limites e desafios para sua materialização. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. 20 a 23 de Agosto. São Luiz do Maranhão/ MA, 2013.

SOUZA, Sonale Vasconcelos de Souza. **Problemática Habitacional:** Uma análise do processo de periferização da cidade de Campina Grande-PB. XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. 25 a 31 de Julho. Porto Alegre, 2010.

ROCHA, Flávia Rebecca Fernandes. **A Previdência Social no Brasil:** Uma Política em reestruturação. *Temporalis*. Nº 30. Brasília/ DF, 2015.

CONVISÃO. **Obra do Aluízio Campos, maior conjunto habitacional do MCMV, avança até dezembro.** Campina Grande/PB, 2017. Disponível em: < <http://www.convisão.com.br/publicações/sites/cnc/2017/201703/materias/601018210221/materia>. Acesso as 14:20 do dia 12/11/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. **Revista Prisma destaca a grandiosidade do complexo habitacional Aluízio Campos.** Campina Grande, 2017. Disponível em: < <http://campinagrandepb.com.br/revista-prisma-destaca-grandiosidade-do-complexo-habitacional-aluizio-campos>. Acesso as 14:13ms do dia 12/11/2017.